

86
319/19-65
CD

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

Brasília, 25 de março de 2019

Referência: Processo nº 59500.000319/2019-65

Interessado: PR/SL

Assunto: Pedido de Impugnação – Edital nº 02/2019 – Pregão Eletrônico

Homologo a Instrução da AA/GGP/UBS, fl. 84, que analisou o Pedido de Impugnação apresentado pela empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – ALELO, referente aos Termos do Edital nº 02/2019 – Pregão Eletrônico, que tem por objeto o fornecimento do auxílio alimentação/refeição através de cartão magnético e/ou eletrônico com tecnologia de chip de segurança para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, para atender aos empregados, comissionados, Diretores e Diretor-Presidente da Codevasf, que negou provimento à impugnação apresentada.



MARCO AURÉLIO AYRES DINIZ
Diretor Da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
Respondendo pela Presidência

PR/SL - Recebido
Em, 26/03/19 Horas 14h45
Rúbrica



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico-AA

Fls 84
Proc 319124-65
Rubrica

Origem: AA/GGP/UBS

Destino: AA/GGP

Assunto: Impugnação Edital nº 002/2019 – Auxílio Alimentação/Refeição

Senhora Gerente,

Considerando a impugnação interposta pela empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo, ao Edital n.º 02/2019, no que tange à possibilidade de apresentação de proposta com taxa negativa, conforme item 8 do Termo de Referência (Da Proposta) e itens 9.1.1, 9.2, 9.10 “c” e 17.3 do Edital, informamos que, será permitida taxa negativa com base na Liminar da 22ª Vara Federal (PROCESSO: 1005332-18.2018.4.01.3400), que suspende os efeitos da Portaria nº 1.287/2017 no âmbito dos órgãos públicos, qual seja ao mercado regido pelas Licitações e Contratos Públicos, (fls. 82 e 83), não cabendo a impugnação para a exclusão da previsão de aceitação da taxa negativa ao Edital n. 02/2019.

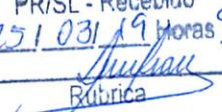
Brasília-DF, 22 de março de 2019.


MYLLENA ROCHA FALCÃO
Chefe da Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional

À PR/SL,

De acordo. Seguem os esclarecimentos quanto à impugnação do Edital nº 002/2019.


SANE REJANE MACIEL BAPTISTA
Gerente de Gestão de Pessoas

PR/SL - Recebido
Em 25/03/19 às 14h25

Rubrica

Seção Judiciária do Distrito Federal
22ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 1005332-18.2018.4.01.3400
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)
AUTOR: CONFEDERACAO NACIONAL DAS CARREIRAS TIPICAS DE ESTADO
RÉU: UNIÃO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de ação de conhecimento, com pedido liminar, ajuizada por CONFEDERACAO NACIONAL DAS CARREIRAS TIPICAS DE ESTADO em face da UNIÃO FEDERAL objetivando concessão de tutela de urgência para suspender os efeitos da Portaria nº 1.287/2017 no âmbito dos órgãos públicos, qual seja ao mercado regido pelas Licitações e Contratos Públicos, em face do perecimento do direito apontado pela Nota Técnica nº 45/2018/DIPAT/CGFIP/DSST/SIT/MTB, qual seja, dia 27/03/2018.

Em síntese, alega, dentre outros argumentos, que a Portaria não seria aplicável ao mercado regido pelas Licitações e Contratos Públicos - órgãos públicos da Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Associações, das esferas municipal, estadual e federal, e ainda, empresas, organizações e instituições do Sistema S - Serviços Sociais Autônomos. Diz ainda que o Ministério do Trabalho está claramente promovendo uma Portaria que afronta o entendimento pacífico dos Tribunais de Contas, Ministério Público e os termos da Lei de Licitações e Contratos Públicos, que tem como premissa a busca do melhor preço.

Junta documentos e instrumento procuratório à inicial.

Vieram-me os autos conclusos. É o relatório.

DECIDO.

Vale destacar a decisão do ministro OG FERNANDES, que cuidou de caso análogo:

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pela Companhia Paranaense de Energia e outras contra ato do Ministro de Estado do Trabalho consistente na edição da Portaria MTE 1.287, de 27/12/2017, a qual impediu a adoção de taxas de administração negativas nas contratações firmadas entre as pessoas jurídicas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e os operadores dos vales alimentação e refeição. As impetrantes sustentam que o referido normativo contraria a legislação de regência, bem como a Constituição Federal, devendo ser reconhecida sua nulidade.

Acrescentam que a aplicação do ato administrativo impugnado acarretará vultosos prejuízos econômicos para as impetrantes, comprometendo, inclusive,



2 2 . 0 7 . 2 0 1 2 .

a3) reconhecer que a Portaria nº 1.287 de 27.12.2017 não se aplica ao contrato COPEL SLE nº 4600003536/2013, em respeito ao ato jurídico perfeito a3) abster-se de aplicar qualquer penalidade às Impetrantes e a suas contratadas, em especial no que tange à execução do contrato COPEL SLE 46000035136/2013 firmado com a empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A e às proponentes que participarão do certame licitatório que será instaurado pelas Impetrantes.

D e c i d o .

O deferimento da medida liminar no mandado de segurança está condicionado à demonstração concomitante da fumaça do bom direito e do perigo

n a

d e m o r a .

No caso, verifico que estão presentes os requisitos necessários para o deferimento da tutela de urgência. Em juízo de cognição sumária, entendo que são relevantes os argumentos trazidos pelas impetrantes a respeito dos vícios da Portaria que proibiu a aplicação

das taxas de administração negativas às empresas beneficiárias. A observância das cautelas previstas na Portaria 1.127/2003 e na Portaria Interministerial 6/2005 para a fixação do regramento aplicável ao Programa de Alimentação do Trabalhador - a exemplo do debate das alterações normativas perante a Comissão Tripartite Paritária e pelo respectivo Grupo Técnico - é importante para que haja o necessário equilíbrio entre os interesses envolvidos e

m questão, tendo em vista tratar-se de matéria sensível e capaz de produzir relevantes impactos sociais.

A ausência de maior discussão durante o processo de elaboração da norma em avilté encontra-se corroborada no trecho citado da Nota Técnica 45/2018, quando se afirma que a Portaria 1.287/2017 não foi submetida ao debate pela comissões competentes haja vista a necessidade de se atender demanda das próprias empresas que atuam no segmento de benefícios ao trabalhador. Nesse ponto, impressiona-me a ausência de justificativa relacionada aos eventuais benefícios da alteração normativa proposta em favor do próprio funcionamento d

o PAT e dos interesses dos trabalhadores a serem albergados pelo referido ato. Por outro lado, a taxa de administração é apenas uma das fontes remuneratórias das sociedades empresárias que atuam na intermediação dos serviços de vale-refeição e vale-alimentação, considerando-se que tais agentes também ganham rendimentos decorrentes de aplicações financeiras da parcela que lhes é antecipada pelos contratantes, bem como da cobrança realizada dos estabelecimentos credenciados.

Desse modo, a prática comercial que se utiliza da taxa de administração negativa, nesse primeiro exame, não me parece despida de racionalidade econômica, haja vista a existência de outros rendimentos compensatórios que viabilizam a atividade. Cuida-se, por outro viés, de medida compreendida na área negocial dos interessados, a qual fomenta a competitividade entre as empresas que atuam nesse mercado.

Em razão disso, a proibição da utilização desse mecanismo por meio de uma portaria editada pelo Ministério do Trabalho - órgão do governo federal cuja m i s s ã o

institucional anunciada no seu sítio eletrônico é "tratar das políticas e diretrizes

